

MOVIMENTO ECOLÓGICO NA AGRICULTURA: CENÁRIO PÓS- INSTITUCIONAL

Alfio Brandenburg¹

 <https://orcid.org/0000-0001-9973-4175>

RESUMO

Este texto tem por objetivo refletir sobre o cenário do movimento ecológico na agricultura após a sua institucionalização. Depois de retomar os momentos-chave desse movimento, apresenta brevemente as normas, os decretos-leis que regularizam a atividade agroecológica, visando a orientar a reflexão sobre o sentido e as consequências da institucionalização. Analisa ainda diferenças conceituais entre a ecologização e a transição agroecológica. Sob o ponto de vista metodológico, trata-se de um trabalho fundamentado na literatura considerando artigos, teses e dissertações recentes. Como resultado, elenca as principais ocorrências que formam o cenário pós-institucional, tais como: a ecologização dos movimentos sociais e redes alternativas; empresas e convencionalização das práticas agrícolas; mercado; visibilização de outras ecologias; e construção da racionalidade ambiental. Por fim, levanta algumas questões gerais do processo de ecologização após a institucionalização.

Palavras-chave: Movimento Agroecológico. Pós-Institucionalização do Movimento Agroecológico. Ecologização da Agricultura.

ECOLOGICAL MOVEMENT IN AGRICULTURE: POST-INSTITUTIONAL SCENARIO ABSTRACT

This text aims to reflect on the scenario of the ecological movement in agriculture after its institutionalization. After reviewing the key moments of this movement, it briefly presents the norms and decree-laws that regulate agroecological activity, with a view to guiding reflection on the meaning and consequences of institutionalization. It also analyzes conceptual differences between greening and agroecological transition. From a methodological point of view, this work is based on the literature, considering recent articles, theses, and dissertations. As a result, it lists the main occurrences that shape the post-institutional scenario, such as: the greening of social movements and alternative networks; companies and the conventionalization of agricultural practices; the market; the visibility of other ecologies; and the construction of environmental rationality. Finally, it raises some general questions about the process of greening after institutionalization.

Keywords: Agroecological Movement. Post-Institutionalization of the Agroecological Movement. Greening of Agriculture.

MOVIMIENTO ECOLOGISTA EN LA AGRICULTURA: ESCENARIO POSTINSTITUCIONAL

RESUMEN

El objetivo de este texto es reflexionar sobre el panorama del movimiento ecológico en la agricultura posterior a su institucionalización. Tras repasar los momentos clave de este movimiento, presenta brevemente las normas y los decretos-ley que regulan la actividad agroecológica con el fin de orientar la reflexión sobre el sentido y las consecuencias de la institucionalización. Además, analiza las diferencias conceptuales entre la ecologización y la transición agroecológica. Desde el punto de vista metodológico, se trata de un trabajo basado en la literatura, que tiene en cuenta artículos, tesis y disertaciones recientes. Como resultado, enumera los principales acontecimientos que conforman el

¹ Professor sênior da UFPR, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Meio Ambiente e Desenvolvimento. E-mail: alfiob@hotmail.com.br.

panorama posinstitucional, tales como: la ecologización de los movimientos sociales y las redes alternativas; las empresas y la convencionalización de las prácticas agrícolas; el mercado; la visibilización de otras ecologías; la construcción de la racionalidad ambiental. Por último, plantea algunas cuestiones generales sobre el proceso de ecologización tras la institucionalización.

Palabras clave: Movimiento Agroecológico. Posinstitucionalización del Movimiento Agroecológico. Ecologización de la Agricultura.

INTRODUÇÃO

A questão ecológica tornou-se um dos temas mais relevantes na atualidade, considerando as crises de diversas ordens, como: a ambiental, a social, a alimentar e a climática. Trata-se de uma questão global que as sociedades terão que enfrentar nas próximas décadas, tendo em vista a garantia da sobrevivência da humanidade. Assim, as experiências ecológicas deverão ser valorizadas assim como as ações e políticas públicas deverão fazer parte das agendas do Estado. Entre as experiências que emergem na sociedade brasileira, a agricultura alternativa que surge no contexto da modernização conservadora, na década de 70, constitui uma das primeiras ocorrências na direção de um processo de ecologização. Nasce por iniciativa da sociedade civil, como um movimento que gradualmente iria ganhar força. Com o avançar do tempo, o movimento irá se afirmar, primeiro como agricultura alternativa, depois como sustentável e atualmente como ecológica. Hoje, o movimento está organizado em redes, conforme será demonstrado neste estudo, e organiza eventos periódicos para debater experiências, estudos e resultados de pesquisa. Assim, tem-se assistido um crescente número de artigos publicados sobre as mais variadas temáticas relacionadas com a ecologização da agricultura (Pessoa; Brandenburg, 2025). Ao mesmo tempo, o conhecimento tem se ampliado mediante uma diversidade de artigos e livros que refletem sobre metodologias, teorias ambientais e socioecológicas.

Na perspectiva de contribuir com o conhecimento ecológico na agricultura, este texto tem como objetivo analisar o cenário do processo de ecologização após a institucionalização do movimento ecológico. Frente a esse objetivo, elaborou-se este trabalho, com base em pesquisa bibliográfica, teses /dissertações recentes, explicitando as principais questões que surgem no contexto da dinâmica social do movimento ecológico. As pesquisas bibliográficas foram realizadas a partir das seguintes fontes: base de dados da Capes, Google Acadêmico, livros e textos recentes. No que tange a dissertações e teses, consultou-se os trabalhos de pesquisa coordenados e/ou orientados por este autor, defendidos no período de 2007 a 2022.

Chamamos de movimento ecológico o movimento social em que “os atores que o animam querem mudar o uso dos principais recursos de uma sociedade” (Touraine, 2009, p. 172). No caso em foco, esses atores estão vinculados a diversas correntes ecológicas abordadas pela literatura: a agroecologia, agricultura orgânica, a biodinâmica, a permacultura entre outras. Nesse sentido, está fundamentado na constatação empírica de estudos de Congressos, de encontros das Redes de

Movimentos, das Associações, como Associação Brasileira de Agroecologia, em que os atores das diversas correntes participam de debates, oficinas, grupos de trabalhos, de forma conjunta, isto é, sem distinção de correntes, embora considerando as diferenças. Touraine (2009) também identificou, no contexto da modernidade contemporânea, novos movimentos sociais, isto é, os movimentos culturais. O movimento ecológico aqui analisado está atravessado por esta dimensão, na medida em que as questões de gênero, raça e sexo permeiam o movimento.

SITUANDO O MOVIMENTO ECOLÓGICO NA AGRICULTURA

Em pesquisas anteriores, foi abordado o movimento agroecológico na agricultura, considerando três momentos: gênese, expansão e institucionalização (Brandenburg, 2002, 2008). Em um primeiro momento, ainda na sua gênese, nasce como movimento de luta por uma agricultura alternativa. Surge em um contexto da implementação das políticas de modernização da agricultura na década de 1970, que teve como consequências a expropriação de camponeses e pequenos agricultores familiares, assim como a liberação de um contingente de mão de obra que, ou partiam para os centros urbanos, ou migravam para fronteiras ainda não ocupadas ou exploradas pela agricultura. A agricultura alternativa surge, assim, como um movimento de resistência dos camponeses, sendo assessorada por ONGs, com apoio da Igreja e de instituições internacionais.

A crítica ao modelo de modernização da agricultura, tido como conservadora, abrange a concentração fundiária, a exclusão social, o deslocamento de povos tradicionais e indígenas de seus territórios, o uso indiscriminado de agrotóxico na produção de alimentos e o consumo de processados com aditivos químicos. Engloba também a questão ambiental, como o desmatamento, a destruição da biodiversidade, a poluição de rios, dos solos, e assim por diante. Esse conjunto de fatores levaria os estudiosos a repensarem criticamente o modelo de desenvolvimento, principalmente nos países de economia periférica. Entre eles, o cientista social brasileiro Celso Furtado (1983) escreveria a obra *Mito do Desenvolvimento Econômico*. Trabalhos como esse somam-se ao movimento internacional que, após a Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada pela ONU em 1972, em Estocolmo, adquire força na década de 1980, visando a um desenvolvimento sustentável. O relatório de Brundtland (Nosso Futuro Comum, 1991) seria um marco na reorientação das propostas de desenvolvimento, em particular para a agricultura. O evento internacional que ocorre no Brasil em 1992, a RIO-92, viria a reforçar a proposta de construção de uma outra agricultura. Nessa direção, cabe destacar também dois trabalhos: o livro *Reconstruindo a agricultura: Ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*, organizado por Jalcione Almeida e Zander Navarro (1997), e *Para pensar outra agricultura*, livro organizado por Angela Duarte Damasceno Ferreira e Alfio Brandenburg (1998). Ambos os trabalhos refletem o contexto da época em que a agricultura

alternativa passa a ser pensada em termos da agricultura sustentável. Agricultura alternativa, agricultura sustentável e depois agricultura ecológica são noções que representam os diversos formatos de uma “outra agricultura” desde 1970.

Ao longo da década de 90 e início de 2000, a demanda por produtos sem agrotóxicos viria contribuir com uma agricultura sustentável, que desde então se expressaria como agroecológica. A crescente demanda por alimentos ecológicos revela a percepção dos consumidores de que os alimentos poderiam estar contaminados. Percepção essa corroborada por resultados de pesquisas realizadas por Sterz (2004), que mostram um aumento crescente de resíduos tóxicos nos alimentos, assim como as evidências de doenças, como o câncer, que surgiriam pela presença desses resíduos nos corpos humanos. Um conjunto de formas de agricultura, como a agricultura biodinâmica, a agricultura orgânica, a agroecologia e a permacultura, ganha força com o aumento da demanda de produtos agroecológicos. Os dados oficiais que se dispõem sobre as áreas cultivadas ecologicamente não se referem a essas correntes, mas à agricultura orgânica, porque é essa a definição dada pelo Decreto-lei 6323/2007. A publicação de Madail *et al.* (2011), sobre a evolução da produção orgânica, mostra uma crescente área de produção e consumo tanto no Brasil como no mundo.

No que tange às pesquisas sobre a produção, as práticas agrícolas de base ecológica são legitimadas pela ciência, primeiro por intermédio da obra de Miguel Altieri, intitulada *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa* (1989), publicada no Brasil, depois pela Escola de Córdoba (Gliessmann, 2000; Guzmán *et al.*, 1999). Pesquisadores como Caporal e Costabeber (2004), também formados pela escola de Córdoba, estiveram na vanguarda das pesquisas agroecológicas no Brasil.

Desse modo, observa-se que, se, por um lado, o surgimento de estudos, debates e fóruns no âmbito da academia questionam os resultados da modernização via contaminação dos alimentos, por outro, trabalhos de pesquisadores acima referidos apontam caminhos para outra agricultura, desenhando um novo modelo de organização social e produtiva para a agricultura.

O movimento social organizado que tem, como atores, agricultores familiares camponeses, povos tradicionais e neorrurais amplia-se e se institui, mediante formas alternativas de fazer agricultura, e cria redes ecológicas de agroecologia em diversas regiões – Rede Ecovida de Agroecologia (Ecovida); Articulação Nacional de Agroecologia Amazônia (ANA/Amazônia); Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA); Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); Articulação Capixaba de Agroecologia (ACA); Articulação Mineira de Agroecologia/(AMA) –, reestruturando a rede que sustentava o movimento pela agricultura alternativa, que emergiu na década de 1970: a rede Projeto Tecnologias Alternativas (PTA).

Com o cenário de democratização política e fortalecimento dos movimentos sociais na virada do século, o movimento ecológico se institucionaliza. Surgem as normas de regulamentação da

produção e consumo de alimentos, os cursos de formação de profissionais em agroecologia e o conhecimento de diversas ordens, pautado em pesquisas que abrangem as áreas das ciências naturais e sociais.

DIMENSÕES INSTITUCIONAIS DA AGRICULTURA ECOLÓGICA

Por institucionalização, entende-se o processo de juridização das relações sociais (Habermas, 1988), segundo normas ou leis do direito civil, dos procedimentos antes definidos culturalmente e independente das esferas dos poderes constituídos societariamente. A institucionalização ocorre quando as práticas sociais seguem normas estabelecidas em uma sociedade e quando as entidades formalmente constituídas na sociedade civil organizadas passam a preconizar e disseminar tais práticas. No caso da agricultura ecológica, a institucionalização de suas práticas ocorre na medida em que o movimento ecológico, com base em ações propositivas, amplia sua ação na sociedade, valendo-se de várias organizações, acompanhando a dinâmica que ocorreu na Europa, protagonizada principalmente pela Federação Internacional de Agricultura Orgânica (IFOAM). No Brasil, além da força exercida pelos movimentos sociais, a regulamentação da agricultura ecológica (Moreira *et al.*, 2016) ocorreu por pressão das empresas certificadoras, após a Rio-92 ou ECO-92². Precedeu o processo de institucionalização uma ampla mobilização de entidades da sociedade civil, que inclui ação de organizações não governamentais, grupos e redes de agroecologia, organizações de entidades representativas do movimento agroecológico como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), 2002, além de vários encontros: Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBA) (1981); Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) (2002); e Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) (2003).

Na sequência, são destacadas as dimensões institucionais que orientam a ecologia enquanto prática agrícola, políticas públicas, ciência, formação e relação com mercado.

O movimento ecológico na agricultura inicia sua institucionalização na virada do século – fins de 1990 e início dos anos 2000 –, mas o processo de regulamentação de produção e consumo dos alimentos ecológicos vai se ampliar no ano de 2000, indicando um contínuo controle institucional dos processos de ecologização. Embora o movimento em prol da institucionalização da agricultura ecológica se inicie na década de 1990, o primeiro regimento da produção e comercialização da produção orgânica ocorreu em 23 de dezembro de 2003, com o decreto-lei 10.831. Após esse decreto-lei, surgiram diversas normativas, conforme destaca a cartilha “Legislação da produção orgânica no Brasil” (2016). Desde 2012, quando se edita o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

² Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que ocorre no Rio de Janeiro em 1992.

(Planapo), a legislação permanece a mesma. No entanto, recentemente o governo atual, através do decreto 11700/2023, revisou o decreto 7794/2012.

Deve-se observar, nesse contexto de regulamentação, que a agricultura ecológica se institucionaliza sob a rubrica de “agricultura orgânica” e não de “agroecologia”, conforme a identidade dos movimentos ecológicos na agricultura. O Decreto-lei 6323/2007 reconhece as correntes ecológicas sob a rubrica de agricultura orgânica e não o contrário, isto é, sob a rubrica de agricultura ecológica. Isso se deve à força do mercado, que segue a lógica de criação de uma identificação única (Instrução Normativa nº 18/2024), atendendo à demanda dos atores que representam os interesses mercantis. Assim, a denominação agricultura orgânica, que é apenas uma entre as correntes de produção ecológica (agroecologia, agricultura biodinâmica, permacultura etc.), foi vulgarizada na sociedade, em detrimento outras formas de ecologias. É importante destacar ainda, no que tange ao mercado, que o Decreto 6323/2007 reconhece três modalidades: a certificação por auditoria, a certificação participativa e o controle direto realizado entre produtor e consumidor. Esse modo de controle, chamado de organizações de controle social, é realizado por organizações da qual fazem parte os agricultores produtores agroecológicos.

Ao mesmo tempo em que a produção e o consumo de produção orgânica são regulamentados, o governo estimula a agroecologia mediante políticas públicas e cria um mercado institucional. Entre as medidas de estímulos, destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA, Lei 10.696/2003) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE, Lei 11.947/2009). Como medidas de apoio, deve-se acrescentar a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER-Lei 12.188/2010) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)³, instituído a partir da safra 2003/2004.

A institucionalização no âmbito federal repercute em vários estados da federação que constroem suas políticas de apoio à produção ecológica (Lamine *et al.*, 2019). É também nos estados onde a agroecologia passa a fazer parte das agendas de pesquisas e extensão. O Paraná, em particular, será locus de uma experiência singular desse processo com técnicos fazendo pesquisa em agroecologia no Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), e extensionistas prestando serviços de extensão Rural a partir do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/PR). Essas duas instituições – Iapar e Emater – foram incorporadas pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR), criado em 2019. Ainda no Paraná, em 2005, foi criado o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA) para que houvesse dedicação exclusiva em agroecologia (Pessoa, 2020). Esse avanço institucional está em sintonia com o aumento da produção, uma vez que é no Paraná que o número de produtores orgânicos certificados mais cresce no Brasil (IDR-PR, [s.d]);

³ O Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – foi instituído pelo Decreto nº 1946/1996.

CI. Orgânicos, 2025). No âmbito federal, a Embrapa, através de seu quadro técnico também desenvolve pesquisas agroecológicas, como na Embrapa Meio Ambiente, no Centro de Pesquisa de Jaguariúna. Desse modo, ciência e técnicas agroecológicas são desenvolvidas por órgãos de pesquisa e extensão, deixando de ser apenas um conhecimento tradicional ou ancestral.

No âmbito da Educação, a institucionalização avança com a criação dos cursos de graduação e pós-graduação. Até 2018, foram criados em torno de 36 cursos, nível bacharelado e tecnológico, conforme o MEC. Já em nível de Pós-Graduação, são criados cursos de mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado em diversas universidades. Foram criados nove cursos até 2019, segundo o MEC (Pessoa, 2020). Essas instituições formam profissionais para atuar na agroecologia, aumentando a disponibilidade de recursos humanos para atuar em instituições de pesquisa, extensão, ou mesmo de educação. Surge então o “agroecólogo”, que é portador de um conhecimento técnico e científico, seguindo o padrão dos “experts” (Giddens, 1991), conforme os demais profissionais formados por instituições educacionais.

Com o ensino formal, o conhecimento ecológico deve ser compreendido segundo duas categorias: o tradicional e o técnico-científico. Nesse sentido, é pertinente que os saberes ecológicos devem ser tratados em termos dialógicos, sem que um substitua o outro. Para uma ecologia dos saberes, é imprescindível considerar o conhecimento tradicional, conforme Souza Santos (2010), ou como um diálogo de saberes, conforme aborda Leff (2001) na construção de uma racionalidade ambiental. Para isso, a formação de especialistas na área da ecologia não pode substituir as experiências dos camponeses ou agricultores, tampouco os ecologistas devem assumir uma posição de cientistas detentores do conhecimento ecológico com base em cânones da ciência normal, para usar a expressão de Kuhn. O conhecimento emergente no âmbito dos agricultores pode ser mais eficiente que o conhecimento técnico a considerar as circunstâncias. Não é sem razão que os camponeses, com sua sabedoria, acabam por produzir um conhecimento pragmático, porque mais se adequa às suas condições. A ecologia é, assim, formada por um conjunto de conhecimentos, atores e práticas que resultam em várias ecologias.

*

Com a institucionalização, os dois modelos de organização da produção, agricultura ecológica e agroindústria, se consolidam disputando seus projetos. Ao mesmo tempo que os protagonistas do movimento ecológico, camponeses e agricultores se afirmam no campo da agricultura, amplia-se o número de atores ecológicos, e a agricultura ecológica é projetada para além dos movimentos sociais organizados. A institucionalização gera diversas consequências ao configurar um novo cenário na agricultura. Assistem-se movimentos de natureza diversa, entre os quais: um que vai na direção da

regulamentação e controle das correntes ecológicas emergentes em momentos pré-institucionais; outro no sentido de um movimento que busca autonomia, preservação e reprodução do mundo da vida social e biológica. Ou seja, um movimento que converte práticas agrícolas modernas e regula suas práticas ecológicas, e outro que reproduz processos ecológicos tradicionais existentes, sem necessariamente identificar-se com correntes ecológicas estabelecidas. Assim, assiste-se um movimento de transição agroecológica e outro que mantém processos ecológicos a partir de um paradigma da agricultura ancestral. A noção de transição ecológica não abrange necessariamente as ecologias ancestrais, pois essas já se situam no campo ecológico, ao passo que a ecologização pode abranger a transição uma vez, e essa noção pode recuperar e recriar práticas tradicionais.

Esses dois processos são de natureza diferente, embora sob o ponto de vista da dinâmica ecológica no âmbito da sociedade não sejam necessariamente excludentes.

A noção de transição agroecológica está relacionada à conversão de sistemas agrícolas modernizados ou agroindustrializados para sistemas ecologizados, conforme preconizado pela agroecologia, pela agricultura orgânica, pela biodinâmica ou pela permacultura etc. Esse processo foi tratado por Buttell (1995) como uma mudança de paradigma produtivo associado a uma segunda revolução agrícola que se inicia no século XX. A primeira revolução seria marcada por tecnologias agroindustriais, enquanto a segunda pela ecologia. Grande parte das análises dos processos de transição estão fundamentados em aportes teóricos que analisam a passagem de sistemas de cultivo à base de agroquímicos para outros geridos por processos naturais de gestão agrícola. Entre os referenciais, situa-se a análise de transição dos sistemas de produção de Glisman (2000), Caporal e Costabeber (2004). Nos últimos anos, as análises têm focado a transição para além da produção agrícola como a Análise Multinível (Geels, 2005), a abordagem dos sistemas “agrialimentares” (Lamine, 2012) da sociologia econômica (Niederle *et al.* 2021).

Como ecologização, pode-se entender aquelas práticas, modos de ser e fazer agricultura de camponeses, agricultores familiares ou populações tradicionais que reproduzem suas condições de existência segundo lógica do mundo da vida, com imaginários que integram o natural e o social. Essas ecologias não resultam da passagem de um sistema para outro, mas da reafirmação de práticas oriunda de resgate e experiências inscritas na experiência de vida ou na trajetória relacionada com a ancestralidade desses personagens. Pode-se melhor compreendê-las segundo a abordagem das ecologias emergentes de Boaventura de Souza Santos (2010), ou segundo a ecologia política de Porto-Gonçalves e Leff (2015) e os territórios da diferença (Escobar, 2015). Implícito a essa abordagem, está o movimento dos camponeses pela reapropriação da natureza, de valorização da biodiversidade e da instituição do ator ecológico, enquanto sujeito crítico ao sistema econômico e social vigente.

Depreende-se dessa discussão a noção de que ecologização pode ser empregada de maneira genérica para práticas sociais e técnicas, enquanto a noção de transição pode ser aplicada a processos específicos de conversão de práticas agrícolas agroindustriais modernas para ecológicas.

O processo de transição e ecologização surge mais fortemente diante de um contexto de crise ambiental e climática. Segundo Castels (1999), estaria correndo um “verdejar” do ser nas sociedades, por força dos movimentos sociais e ambientalistas, que consistem em um fenômeno complexo de transição de paradigmas, de ambientalização, de ecologização, de mudança de narrativas e de emergência de identidades ecológicas, de reorganização de poder e de uma nova ética da natureza.

O CENÁRIO PÓS-INSTITUCIONAL

No cenário pós-institucional, ao mesmo tempo que a normatização e a judicialização dos processos sociais se ampliam, a ecologização ganha força. Para Beck (2018), a ecologização é resultado de uma espécie de metamorfose socioambiental, cuja dinâmica desenha cenários constitutivos de narrativas, processos e ações sociais. Para tanto, destacam-se as principais evidências desse processo, que vai além da institucionalização, constatadas a partir de pesquisas e revisão bibliográfica. Sem atribuir qualquer prioridade, serão analisados os seguintes pontos: a ecologização dos movimentos sociais e redes alternativas; empresas e convencionalização das práticas agrícolas; mercado; visibilização de outras ecologias; e construção da racionalidade ambiental.

Ecologização dos movimentos sociais

No atual contexto, observa-se um processo de ecologização dos movimentos sociais e da agricultura. Ou seja, os movimentos sociais assumem o ambientalismo e a ecologia como uma nova bandeira de luta, e passam a preconizar um outro modelo de agricultura. Pode-se citar dois movimentos clássicos do meio rural brasileiro já analisados pela literatura: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento Sindical Representado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul (FETRAF-Sul) (Picolotto; Brandenburg, 2013). O marco dessa mudança ocorre o início de década de 2000, quando se realizam encontros e congressos que oficializam a nova prática. No caso do MST, foi a partir de 2000, no IV Congresso Nacional, realizado em Brasília, que o movimento passou a defender a agroecologia como base de produção agropecuária nos assentamentos (Valadão; Brandenburg, 2011). Assim como o MST e o movimento sindical da agricultura familiar, outros movimentos se ecologizaram. O movimento das mulheres rurais é um deles. Nesse sentido, deve-se ressaltar, tem uma grande contribuição para o avanço da ecologização do MST e do campo. “Sem mulheres não há

agroecologia” – este é um lema que atravessa os movimentos sociais no campo onde as mulheres participam. Embora a ecologia já viesse sendo discutida no interior do movimento das mulheres, nos anos 1970 e 1980, antes de a agroecologia se tornar agenda do MST, sem dúvidas essas atoras tiveram um papel central na ecologização do MST ao construírem uma visão emancipatória da agroecologia (Coradin, 2020). Nessa perspectiva, a ecologia torna-se um meio em que se explicitam os conflitos de gênero, raça, geração, sexualidade e de contestação à lógica do patriarcalismo (Coradin, 2020). Mais recentemente nas jornadas de agroecologia, evento protagonizado pelo MST⁴, o ecofeminismo se associa à luta pelo respeito, igualdade e representatividade da diversidade sexual, que passa a ser incluído na agenda de construção de um projeto ecológico. As jornadas de agroecologia constituem o cerne de ecologização do movimento, visto que são formadas por um fórum em que a agroecologia adquire um sentido de projeto de vida (Brandenburg, 2022). Desse modo, assume uma conotação cuja direção vai muito além das práticas agrícolas. É uma visão libertária, em que os sujeitos se constroem, reagindo aos processos de dominação cultural, social e política.

Além, dos movimentos sociais, a ecologização atinge também as redes alternativas (Schmitt, C. J. *et al.*, 2020), os circuitos curtos (Darolt, 2013) e os sistemas agroalimentares (Brandenburg; Lamine, 2023). Estudos recentes demonstram como os sistemas de relações sociais, principalmente os alimentares, passam por um processo de transição ecológica. Nesse caso, os estudos demonstram os sistemas agroalimentares reconectando agricultura, ambiente, saúde e reorganizando redes locais que foram desestruturadas por sistemas agroalimentares industrializados.

Empresas e convencionalização das práticas ecológicas

Vale a pena dizer também que, se a ecologização atinge os movimentos sociais, outras categorias de atores fora dos movimentos organizados também passam por um processo de transição ecológica. Situam-se, entre essas categorias, as empresas agrícolas, abrangendo, inclusive, parte da agricultura familiar. O processo de institucionalização da agroecologia, mediante as dimensões institucionais que tratadas anteriormente, tira a agroecologia do âmbito de seus nichos de emergência, projetando-a para as relações ampliadas de mercado. Os produtos, principalmente alimentícios, resultantes das ecologias agrícolas, passam a ser demandados de forma crescente em função de politização do consumo (Portilho, 2005). Isso se deve à percepção de que os alimentos industrializados e cultivados agroindustrialmente podem trazer riscos para a saúde humana (Silva, 2007). Do lado da produção, na medida em que a demanda aumenta, a produção ecológica e as atividades agrícolas geridas mediante práticas ecológicas tornam-se uma alternativa econômica

⁴ As jornadas de agroecologia constituem um fórum anual do MST onde as experiências de camponesas e camponesas abrem caminho para as emergências de ecologias.

lucrativa. Nesse sentido, empresas e até grupos econômicos de origem não agrícola se interessam em substituir práticas agrícolas convencionais por práticas ecológicas. No Brasil, é possível notar uma ampliação da atividade de conformidade orgânica que abrange sucos, café, cacau, aves, entre outras (CI. Orgânicos, 2025.).

A agricultura ecológica praticada por esses atores deixa de ser uma atividade alternativa, isto é, contrária a uma racionalidade regida pelo capital, pois a organização socioproductiva, com mão de obra assalariada e especialização da produção, não difere de uma empresa capitalista, que tem como objetivo principal o lucro. Constata-se, assim, uma mudança na lógica de organização social da produção: de uma lógica de sustentação e reprodução das condições de vida, passa-se para uma lógica de lucro crescente voltada para acumulação de bens de capital. Nesse sentido, a prática da ecologia se torna uma atividade convencionalizada. Esse fenômeno, que vem ocorrendo no Brasil, reproduz o que já vem ocorrendo em países de Europa por algum tempo, conhecido como convencionalização da agroecologia (Stassart; Jámar, 2009; Niederle, 2013).

A convencionalização da agricultura ecológica ocorre por pressão do mercado, que impõe certos padrões de qualidade, assim como pela exigência do sistema em aumentar a competitividade com produtos convencionais. Recorre-se, assim, ao uso de insumos industrializados ou de substâncias não orgânicas nos processos de manejo da produção (Niederle; Almeida, 2013).

O mercado

Os atores que representam grupos de capital, embora produzam também para o mercado interno, apresentam uma tendência em orientar seus produtos para mercados internacionais. No âmbito interno, esses atores ampliam sua rede de comercialização através de grandes redes varejistas (Niederle; Almeida, 2013), tornando os produtos ecológicos uma mercadoria de consumo massificado. Por outro lado, verifica-se também uma diversificação dos canais de comercialização e ampliação dos mercados alternativos, como os circuitos curtos de comercialização que são construídos de forma independente dos sistemas agroalimentares hegemônicos. Se do lado da produção dos movimentos sociais são construídas redes alternativas de mercado, do lado do consumo surgem associações de consumidores (Brandenburg *et al.*, 2008) que se integram às redes de movimentos ecológicos. Esse movimento em rede é parte da reconfiguração de processos sociais, da sociedade contemporânea (Castels, 1999). É também uma novidade que se pode atribuir a processos de ecologização das relações sociais e de construção de uma racionalidade ambiental que desconstrói formas tradicionais de um mercado liberal.

Se mercado e sociedade civil são âmbitos organizativos da sociedade que se interconectam, não se pode esquecer que, no Brasil, o Estado exerce um papel importante na reorganização do

mercado alternativo através de políticas públicas que formam o mercado institucional. As políticas de abastecimento e segurança alimentar e nutricional, como o PAA e o PNAE, constituem um marco importante na construção de mercados alternativos. As compras institucionais foram estabelecidas a partir da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) (Decreto nº 7794-20/08/2012). Embora tenham sofrido um revés no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (Niederle *et al.*, 2022), continuam sendo um pilar de sustentação da agroecologia.

O processo de normatização da atividade, com a certificação da produção ecológica, impulsionou as relações com mercado na medida em que proporcionou relações de troca de maior confiabilidade para com o consumidor. A certificação da produção agroecológica constitui uma espécie de passaporte dos “experts” que assegura confiança. Nesse particular, surgem várias modalidades de certificação e de relação com mercado, conforme normativa citada anteriormente. De um lado, os processos de certificação por auditoria, realizados por empresas de certificação, alinhados a circuitos mais longos de comercialização, atingem as redes de supermercados no âmbito do mercado interno, como os mercados internacionais. De outro lado, as certificações participativas e de controle social, realizadas pelos movimentos sociais, sustentam a construção de circuitos curtos de comercialização, e feiras e entregas diretas. Essa modalidade de relação com o mercado, construída principalmente por movimentos sociais, vem desde os primórdios do movimento, mas se expande e se aprimora com os processos de certificação, que privilegia a relação direta produtor-consumidor. A criação de redes ecológicas pelo movimento ecológico em diversas regiões constitui um exemplo de um mercado construído socialmente pelos protagonistas do movimento. Um dos pontos positivos dessa experiência ocorre com as trocas de produtos entre redes de forma a propiciar ao consumidor uma maior diversidade de alimentos.

Camponeses, populações tradicionais, povos originários e outras ecologias

Mas, se a ecologização da agricultura envolve diferentes atores, que se inserem na lógica do sistema, também se afirmam atores de ação alternativa, constatando-se a visibilização de distintas ecologias, diferentes formas de ecologização e abordagens teóricas. O estudo de territórios de camponeses, assentamentos e povos tradicionais revelam que existem ecologias praticada por saberes ancestrais que não seguem as correntes ecológicas consideradas clássicas, como a agricultura orgânica, a agroecologia, a agricultura biodinâmica e a permacultura, para ficar entre aquelas modalidades mais difundidas pela literatura no Brasil. Pertencem aos territórios de resistência ou reexistência (Porto-Gonçalves; Leff, 2015) e, segundo a interpretação da abordagem da ecologia política, estabelecem um relação com o ambiente em que a natureza reapropriada é a base da construção de autonomia e processos emancipatórios. Nesse sentido, essas ecologias, que para

Boaventura Souza Santos (2010) foram desperdiçadas pela ciência, não constituem apenas uma prática agrícola, mas uma visão de mundo, um modo de ser que se contrapõe à lógica da sociedade de consumo. Os processos de territorialização e reterritorialização, visibilizados por estudos recentes, envolvem as categorias como camponeses, povos tradicionais e originários que se situam em lugares onde, segundo Escobar (2005), se constroem relações de pertencimento e de modos de viver de acordo com os preceitos de uma ecologia de saberes (Santos, 2010).

Além das categorias apontadas acima, outras, que resistem mediante estratégias alternativas de reprodução social, praticam um pragmatismo de práticas ecológicas que hibridizam saberes, não se identificando com correntes, conforme mencionado anteriormente. Camponeses do assentamento Maria Rosa do Contestado, no Estado do Paraná, dizem não saber se praticam agroecologia ou agricultura orgânica, mas desenvolvem uma prática ancestral, cuja memória registra experiência do passado (Vanzo, 2022). Também no trabalho realizado por Abreu (2015), constata-se que, além de uma fluidez observada na designação de agricultura orgânica e agroecologia, foi verificada a emergência de um estilo híbrido de fazer agricultura, resultante da confluência entre princípios e práticas de ambas as escolas de pensamento. Acrescentam, os autores, que esse hibridismo prático, contudo, não anula as diferenças entre paradigmas ecológicos em análise, mas preserva seus movimentos alinhados a seus princípios e vocação para diferentes categorias de atores: empresários e agricultura familiar camponesa.

A racionalidade ambiental

A prática agrícola e social identificada com as ecologias de diferentes matrizes é orientada por uma racionalidade ambiental que dialoga com saberes, e tensiona a racionalidade instrumental (Leff, 2001). Esse movimento de contraposição constrói uma racionalidade que agora alcança níveis além no nicho de origem. Desse modo, a racionalidade ambiental em construção, mediante políticas públicas e ações de atores, edifica uma racionalidade societária de conteúdo diverso. Conforme define Enrique Leff, ela articula quatro esferas da racionalidade: “uma racionalidade substantiva, uma racionalidade teórica, uma racionalidade instrumental e uma cultural” (Leff, 2001, p. 137). A racionalidade ambiental no âmbito societário só pode ser edificada com o processo de institucionalização da ecologia, na medida que “integra princípios éticos, as bases materiais, os instrumentos técnicos e jurídicos” (Leff, 2001). Desse modo, a construção de uma racionalidade ecológica e a possível desconstrução de uma racionalidade capitalista passam por um confronto de valores relacionados com a libertação de potenciais emancipatórios e com um projeto de vida que abarca diferentes dimensões relacionados com o social e o natural. Esse potencial emancipatório só

pode se desenvolver na esfera da sociedade civil quando emergem organizações autônomas e sujeitos sociais comprometidos com um processo de transformação social.

No processo de construção e expansão societária da racionalidade ambiental, a institucionalização e a formulação das políticas públicas ocupam posição central. Assim, verifica-se que, após a normatização da atividade ecológica, um conjunto de propostas e ações públicas impulsiona a ecologização da agricultura. Empresas de pesquisa, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o IDR-PR, dedicam-se a pesquisar a agroecologia e a promover a disseminação de princípios e práticas agroecológicos, capacitando um conjunto de técnicos para a ação junto aos camponeses, à agricultura familiar e aos agricultores de modo geral. No âmbito do ensino, ocorre a expansão de cursos técnicos e em nível universitário, conforme mencionado anteriormente, tendo surgido dissertações, teses e uma bibliografia crescente relacionada com o tema. No âmbito do Estado, ações governamentais editam políticas de apoio à produção e ao consumo agroecológico.

Na sociedade civil, os processos de capacitação, discussão e disseminação de princípios e valores agroecológicos disseminam-se mediante a formação de escolas e cursos técnicos pelos movimentos sociais. Cabe destacar aqui as escolas vinculadas ao MST, como a Escola Latinoamericana de Agroecologia (ELLA), localizada no Assentamento do Contestado na Lapa-PR, e a Escola Milton Santos, no Assentamento de Maringá-PR. Além das escolas, aumentam consideravelmente os encontros, cursos e oficinas, fóruns de discussão, jornadas e congressos que ocorrem em diversos níveis e em várias regiões do país. Destaque para as Jornadas de Agroecologias, que são promovidas anualmente por movimentos sociais e protagonizadas pelo MST, no estado do Paraná, e para os encontros de sementes crioulas realizados em nível municipal. Em nível estadual/municipal, multiplicam-se as organizações em redes (redes de agroecologia para o desenvolvimento dos territórios: aprendizados do Programa Ecoforte)⁵ (Schmitt *et al.*, 2020), e organizam-se encontros como os da Rede Ecovida de Agroecologia⁶, que ocorrem no Paraná, e da Rede de Agroecologia da UFF⁷. Em nível nacional, a partir de 2003, quando se realiza o primeiro CBA, em Porto Alegre, continuam sendo realizados bianualmente o Congresso Brasileiro de Agroecologia, organizado pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Dessa forma, o edifício da racionalidade ambiental avança em ações conjugadas do Estado e da sociedade civil. Essas ações são carregadas de valores, de uma racionalidade substantiva, mas

⁵ É um programa do governo federal que tem por objetivo fortalecer as redes de agroecologia, organizações sociais, extrativismo e produção orgânica.

⁶ Ver [https://www.ecovida.org.br/encontro_ampliado/2023/#:~:text=Encontro%20realizado%20de%203%20a,\(na%20Escola%20Milton%20Santos%20.](https://www.ecovida.org.br/encontro_ampliado/2023/#:~:text=Encontro%20realizado%20de%203%20a,(na%20Escola%20Milton%20Santos%20.) Acesso em: 11 de abril de 2025

⁷ Ver link: <https://redeagroecologia.uff.br/ii-encontro/>. Acesso em: 11 de abril de 2025.

também orientadas por uma racionalidade instrumental que se impõe via mercado, embora não exclusiva. A racionalidade ambiental como alternativa se mantém quando articula racionalidades diversas. Sempre que a racionalidade instrumental promovida pelos interesses mercantis se torna hegemônica nas ações e decisões sociais, a agroecologia passa a ser subsumida pela lógica do capital. Ou seja, é apropriada pelo sistema capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a institucionalização do movimento ecológico na agricultura, o processo de ecologização nas suas várias formas ganha pulso na sociedade, tornando-se evidente uma diversidade de ecologias, diferentes categorias de atores praticando ecologia, vários meios de comercialização e aumento da produção, assim como oferta na diversidade de ecoprodutos para a sociedade. A ecologização avança em direção aos diversos sistemas na sociedade, sendo o sistema agroalimentar um dos mais debatidos na agenda de pesquisa na atualidade. A racionalidade ambiental, cuja construção surge a partir do movimento por uma agricultura alternativa, intensifica seu confronto com a racionalidade instrumental movida por ações coletivas e políticas públicas.

No mesmo campo, surgem disputas entre distintas concepções de ecologias. De um lado, as ecologias portadoras de um conhecimento ancestral e em conformidade com um mundo vivido por atores, como camponeses, povos tradicionais e originários. De outro, uma ecologia que, influenciada por conhecimentos técnicos, uma espécie de “ecociência”, ganha corpo entre atores que se instituem movidos por uma lógica de interesses mercantis.

O mercado, com as normas de certificação, pressiona para homogeneizar as ecologias em torno do carimbo de “orgânico”. No entanto, são observadas outras ecologias vivenciadas além das práticas agrícolas: as que remetem a experiências de modos de vida ecológicos vinculadas a territórios. Elas não aparecem nos dados censitários, em função da vulgarização da noção de “orgânicos” na sociedade, e permanecem invisíveis para o grande público consumidor.

Pode-se, então, dizer que, se, por um lado, a institucionalização da agroecologia impulsiona a ecologização da agricultura de modo geral, por outro, ela controla e subsume as práticas mediante normas formuladas pela sociedade, movidas por interesses mercantis e sistêmicos. Esse movimento desencadeia outro que vai na direção da defesa na natureza e do mundo vivido por atores sociais. Emergem como reação ao controle dos mundos vividos, novos movimentos de contestação que atuam na defesa de ecologias libertárias que questionam amarras institucionais. São os movimentos autônomos, ou de relativa autonomia, que se recriam mediante estratégias relacionadas aos interesses dos sujeitos que preservam seu caráter emancipatório, reafirmando a sua condição de sujeitos ecológicos. Assim, o cenário pós-institucional não somente evidencia a existência de “ecologias”

como também revela ecologias de categorias distintas: uma de caráter emancipatório, ligada a atores que têm domínio sobre o fazer e o viver ecológico; outra que se estabelece como prática agrícola e que está vinculada a sistemas sociotécnicos e aos interesses mercantis dominantes na sociedade.

No caso brasileiro, a biodiversidade e a existência de territórios de natureza abundante habitados por povos originários, populações tradicionais e camponeses pode favorecer ecologias contestatórias de cunho emancipatório e preservar o caráter alternativo da agroecologia. Nesse caso, as relações homem-natureza, se assim constatado, favorecem o equilíbrio da relação homem-natureza e contribuem para o reequilíbrio climático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, L. S. *et al.* Controvérsias e relações entre agricultura orgânica e agroecológica. In: BRANDENBURG, A.; BILLAUD, J.P.; LAMINE, C. (Org.) *Redes de Agroecologias: experiências no Brasil e na França*. Curitiba: Kairós Edições, 2015, p. 171-199.
- ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z (Org.). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1989.
- BECK, U. *A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v 6, p 1-28, 2002.
- BRANDENBURG, A. Mouvement agroécologique au Brésil: trajectoire, contradictions et perspectives. *Natures Sciences Sociétés*, Paris, v.16, p 142-147, 2008.
- BRANDENBURG, A. *et al.* Os novos atores e o consumo de alimentos ecológicos: a associação de consumidores de produtos orgânicos do Paraná – ACOPA. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 54-82, 2008.
- BRANDENBURG, A. Jornadas de Agroecologia: uma arena de construção de um projeto ecológico para agricultura. In: BRANDENBURG, A. (Org.) *Agroecologia e Reforma Agrária Popular: um projeto ecológico das jornadas de agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2022.
- BRANDENBURG, A.; LAMINE, C. (Org.). *Transição Agroecológica dos Sistemas Alimentares Territoriais no Brasil e na França*. Curitiba: CRV, 2023.
- BUTTEL, F. H. Transiciones agroecológicas en el siglo XX: análisis preliminar. *Agricultura y Sociedad*, nº 74, p. 9-37, 1995.
- CASTELS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER J. A. *Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004.

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. v. 1 (V 1). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CI. ORGANICOS. *Números de propriedades com produção orgânica no Brasil cresceu 150 % em 12 anos no Brasil*. <https://ciorganicos.com.br/noticia/numero-de-propriedades-com-producao-organica-cresceu-150-em-12-anos-no-brasil/Acesso> em agosto de 2025.

CORADIN, C. *Entre buvas e flores vermelhas: autorias das mulheres sem-terra na ecologização da reforma agrária no Paraná*. 2020. 238f, Tese (Doutorado em meio Ambiente e Desenvolvimento) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

DAROLT, M. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE *et al.* (Org.) *Agroecologia: Práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013, p 17-28.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Colección Sur Sur, CLACSO setembro, 2005. p.133-168.

ESCOBAR, A. Territórios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. In *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 35, p. 89-100, dez. 2015.

FERREIRA, A. D. D. e BRANDENBURG, A. (Org.). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

FURTADO, C. *O Mito do desenvolvimento econômico*. 6a. ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GEELS, F. W. The dynamics of transitions in socio-technical systems: a multi-level analysis of the transition pathway from horse-drawn carriages to automobiles (1869-1930). In: *Technology Analysis & Strategic Management*. London, v. 17, n. 4, p. 445-476, 2005.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

GUZMÁN CASADO, G. I.; GONZALEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. *Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 1999.

HABERMAS, J. *Teoria de la Accion Comunicativa*: tomo II. Criticade la razón funcionalista. Madri: Taurus, 1988.

IDR -PR. Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná. Relatório – *Projeto “Panorama da produção orgânica e agroecologia no Paraná”*. Curitiba, (ID 771) (s.d.).

LAMINE, C. Changer de système: une analyse des transitions vers l’agriculture biologique à l’échelle des systèmes agri-alimentaires territoriaux. *Terrains & travaux*, n. 20. p 139, 2012.

LAMINE, C. *et al.* A evolução da política de agroecologia no Paraná. IN: SABOURIN, E. *et al.* (Org.) *Construção de políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil: avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais*. Curitiba: CRV, p 29-54, 2019.

- LEFF, E. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- MADAIL, J.C.M et al. Evolução da produção e mercado de produtos orgânicos no Brasil e no mundo. *RCA- Científica de Ajes*. v. 2, n. 3, p 1-9, 2011
- MOREIRA, R. M. et al. *Legislação de produção orgânica no Brasil*: projeto de fortalecimento da agroecologia e da produção orgânica nos SPG e Revista OCS brasileiros. Pouso Alegre: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Fórum Brasileiro de SPG. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, 2016.
- NIEDERLE, P. A. et al. Ruptures in the agroecological transitions: institutional change and policy dismantling in Brazil. *The Journal of Peasant Studies*. Published online: 09 May 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2022.2055468>.
- NIEDERLE, P. A. et al. Sociologia econômica e interpretações institucionalistas sobre a transformação do capitalismo. Disponível em: <<https://sbsociologia.com.br/sociologia-economica-e-interpretacoes-institucionalistas-sobre-as-transformacoes-do-capitalismo>>. Dossiê 9 n. 22, 2021. Acesso em junho 2025.
- NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: NIEDERLE, et al. (Org.). *Agroecologia: prática, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013. p. 23-68.
- NOSSO FUTURO COMUM/Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- PESSOA, K. *Agriculturas em disputa: a Jornada de Agroecologia como expressão de um projeto agroecológico no Paraná*. 2020. 304f. (Tese Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.
- PESSOA, K.; BRANDENBURG, A. Análisis de la producción de artículos científicos relacionados con la agroecología publicados en revistas indexadas en Scielo (2003-2020). *Tabula Rasa*. Bigotá. v. 55, p 217-244, 2025. <https://doi.org/10.25058/20112742.n55.11>
- PICOLOTTO, E.; BRANDENBURG, A. Sindicalismo da agricultura familiar, modelos de desenvolvimento e o tema ambiental. In: NIEDERLE, P et al. *Agroecologia: prática, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, p 105-128, 2013.
- PORTILHO, F. *Sustentabilidade ambiental consumo e cidadania*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Valter; LEFF, Enrique. A Ecologia Política na América Latina: a reapropriação da natureza, a reinvenção dos territórios e a construção da racionalidade ambiental. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 35, p. 65-88, dez. 2015.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SCHMITT, C. J. et al. *Redes de agroecologia para o desenvolvimento dos territórios: aprendizados do Programa Ecoforte*. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, 2020.
- SILVA, P. J. *Um passeio pelas gôndolas: escolhas e influências dos consumidores de alimentos em supermercados*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007. 175 p.

STASSART, P. M., JAMAR, D. *AB et verrouillage des systèmes de connaissances: Conventionalisation des filières agroalimentaires bio. Innovations Agronomiques*, Belgique, v. 4, p. 313-328, 2009.

STERTZ, Sônia Cachoeira. *Qualidade de hortícolas convencionais, orgânicas e hidropônicas produzidas e/ou comercializadas na Região Metropolitana de Curitiba, Paraná*. 2004. 256 fl. (Tese de Doutorado Tecnologia de Alimentos) Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

TOURAINÉ, A. *Pensar Outramente: o discurso interpretativo dominante*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

VALADÃO, A. C.; BRANDENBURG, A. Ações propulsoras da agroecologia nos assentamentos rurais. In: SCHIMANSKI, E.; BRONOSKI, M. E. (Org.). *Meio Ambiente, crise e cidadania: tensões e articulações no debate ecológico*. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2011.

VANZO, P. *Atores e redes da agroecologia no Acampamento Maria Rosa do Contestado: Recampanização e o resgate de tradições camponesas*. 2022. 207f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná/UFPR, Curitiba, 2022.